

Políticas públicas para educação profissional no Brasil e seu contexto histórico *Public policies for professional education in Brazil and its historical context*

Anderson Augusto do N. Oliveira

E-mail: cadedeu@hotmail.com

Submetido em: 01/03/2023

Aprovado em: 02/03/2023

Publicado em: 13/03/2023

DOI 10.51473/ed.al.v3i1.495

RESUMO

Embora conste, no artigo 9º do Decreto 2.208 que as disciplinas do currículo do ensino técnico e profissionalizante deverão ser ministradas por profissionais devidamente preparados previamente através de cursos regulares de licenciatura ou de programas especiais de formação pedagógica, a prática aponta uma ação diferente da preconizada no artigo e, o que se observa, são educadores que necessitam de uma formação mais global que os ajude a compreender e a dar conta das mudanças ocorridas na educação profissional, para que possam articular as inovações metodológicas e temáticas necessárias numa proposta abrangente e coerente. Durante a pesquisa, foi objetivado analisar o percurso das políticas públicas educacionais no âmbito profissional no Brasil. Para tanto, foi realizado um resgate histórico que tem como ponto de partida o século XX, chegando até os dias atuais. Foi adotada uma perspectiva metodológica qualitativa, na qual destaques são dados ao processo. É ressaltado ao longo do artigo os processos de complexificação dos direcionamentos da política educacional no Brasil. Movimento entrelaçado ao aparecimento de novas dinâmicas, tais como globalização da economia, bem como as novas formas assumidas pelos Estados Nacionais.

Palavras-chave: Ensino técnico. Educação profissional. Preparação profissional. Globalização.

ABSTRACT

Although it establishes in art. 9 of Decree 2.208 that the subjects of the technical and professional education curriculum must be taught by professionals properly prepared in advance through regular undergraduate courses or special pedagogical training programs, the practice points to an action different from that recommended in the article and, as observed, are educators who need a more global training that help them to understand and account for the changes that have taken place in professional training, so that they can articulate the necessary methodological and thematic innovations in a comprehensive and coherent proposal. During the research, the objective was to analyze the trajectory of educational public policies in the professional sphere in Brazil. For that, a historical recovery was carried out, which has as its starting point the 20th century, reaching the present day. A qualitative methodological perspective was adopted, in which the process is highlighted. Throughout the article, the processes of complexification of the directions of educational policy in Brazil are highlighted. Movement that is confused with the emergence of new dynamics, such as the globalization of the economy, as well as with the new forms taken by National States.

Keywords: Technical education. Professional education. Professional preparation. Globalization.

1. INTRODUÇÃO

1

As políticas da educação profissional no Brasil sempre foi um tema bastante debatido. É necessário que os professores e demais profissionais da educação, debatam e ampliem o seu conhecimento sobre o tema e compreendam o histórico desse tipo de educação, bem como os fatores que levam o estado a implantarem políticas, projetos e programas voltados para o ensino profissionalizante. Dito isto, será abordado as políticas pensadas para a classe trabalhadora, considerando os aspectos sociais, econômicos e culturais dessa classe enquanto estudante da escola pública em busca da inserção no mercado de trabalho. Atualmente faz-se necessário um novo tipo de profissional da educação, e a capacitação ou a formação continuada integra-se na formação deste profissional. A formação acadêmica voltada à compreensão da educação profissional, é

extremamente relevante para os que vivendo trabalho e pensam numa educação para aqueles que vivem do trabalho. Nesse sentido, o presente trabalho pretende auxiliar na compreensão do tema e no processo de formação dos profissionais que pretendem atuar nos cursos profissionalizantes.

Em função dessa ênfase, houve como pretensão obter noções gerais sobre a educação profissional ao longo da história da educação brasileira. Seu objetivo foi debater sobre as políticas públicas relacionadas a educação profissional e explicar acontecimentos relevantes na história da educação, relacionando os acontecimentos da história da educação no Brasil com as políticas públicas aplicadas atualmente.

2. DESENVOLVIMENTO

Numa economia principalmente agroexportadora, como no Brasil até meados do século XX, na visão da classe “dirigente”, um nível de escolarização baixa era suficiente para a população trabalhadora. Nessas condições não se fazia necessária políticas públicas de formação profissional, e essa educação não contemplava ideias de formação crítica, mas reforçava a formação instrumental e a postura passiva de submissão. Ferreti ressalta que o interesse da Educação é a formação de mão-de-obra e identifica que os anseios da população na época não condiziam com o que o Estado oferecia: A escola única com qualidade igual para todos, pois na primeira etapa do processo de industrialização, foi possível ao nosso país estabelecer um parque industrial razoável contando com uma base estreita de mão-de-obra qualificada, somada a um contingente gigantesco de trabalhadores pouco educados e extremamente mal preparados para enfrentar desafios mais complexos (Ferreti et al., 1994, p.87).

No início da década de 1990, as políticas acerca do ensino profissional no Brasil passaram por uma série de mudanças somadas a grandes investimentos nessa modalidade e, como consequência, ocorreram aberturas de vários cursos profissionalizantes em diversas áreas e também concursos públicos específicos para atendimento a essa nova demanda. A educação profissional no Brasil tem origem em uma perspectiva assistencialista, que busca atender àqueles que estão em situação de vulnerabilidade social, para evitar que praticassem ações que pudessem pôr em risco a ordem e os bons costumes. No início do século XX a preocupação voltou-se para a formação de uma mão-de-obra especializada por meio das Escolas de Aprendizes e do ensino agrícola e ao atender necessidades emergentes dos empreendimentos nos campos da agricultura e da indústria, representou um grande marco da educação profissional no país. Porém, apesar dos esforços empreendidos para estabelecer políticas educacionais afirmativas do ramo profissional, a educação profissional de nível médio foi discriminada por uma parcela da sociedade, que a via como um meio de fazer ingressar no mercado de trabalho pessoas consideradas possuidoras de capacidade intelectual, econômica e social insuficientes para prosseguirem nos estudos. “O conhecimento sempre foi reservado a uma elite, aos filósofos, aos sábios, aos religiosos”. (Frigotto; et al. 2005).

Devido a disparidade tecnológica entre o Brasil e outros países e o ritmo acelerado do processo de urbanização, foi lançado na década de 1930, um projeto de educação profissional que visava suprir essa demanda das necessidades básicas de modernização tecnológica em função das necessidades de infraestrutura exigidas. A Constituição de 1937 estabeleceu a obrigatoriedade da organização de escolas de aprendizes por parte de empresas e sindicatos, colaborando para eliminar a referência que se fazia ao ensino profissionalizante como destinado a população de classe mais baixa. Logo após o Governo Constitucional (1934 a 1937), foi adotado, no período do Estado Novo (1937 a 1945), o ensino profissional, como prioridade, com o objetivo de formar trabalhadores que fossem capazes de se adequarem à organização científica do trabalho, princípio que se ajustava à inspiração do Taylorismo e Fordismo para a organização do trabalho na produção industrial. Diante disso, o estado proporcionou um tipo de ensino próprio controlado pelo Estado para a população “menos favorecida”, ato que restringia a possibilidade de ascensão profissional dos indivíduos das classes mais baixas. Esse tipo de orientação educacional reforçava os abismos sociais, pois o Estado restringia e orientava a carreira educativa dos “indivíduos desfavorecidos” para a formação mão-de-obra ao mesmo tempo que oportunizava a continuidade do ensino às classes privilegiadas econômica e politicamente. Kuenzer afirma que:

“(…) é sempre bom ter claro que as escolas são antidemocráticas, não pelos conteúdos que ensinam _ acadêmicos, “desinteressados”, ou técnico profissionalizantes, “interessados” _, mas pela sua função, a de preparar diferentemente os intelectuais segundo o lugar que irão ocupar na sociedade, enquanto dirigentes ou enquanto trabalhadores.” (KUENZER, 2002, p.38)

Até meados de 1970, no Brasil, a formação profissional da população menos favorecida era baseada apenas em treinamento para efetuar uma produção em série e padronizada, o que resultava na incorporação de operadores semiqualiificados, desempenhando somente tarefas básicas, repetitivas e já delimitadas previamente no mercado de trabalho, havendo pouca ou nenhuma margem de autonomia para o trabalhador. Uma baixa escolaridade dos trabalhadores não era considerada um grande obstáculo para expansão econômica do país até então. Nesse período, em 1971, o Congresso nacional aprovou e o governo promulgou a lei 5.692, a partir disto o 2º grau passou a ter como principal objetivo a profissionalização sob a justificativa da demanda do mercado de trabalho por técnicos de nível médio, surgida em decorrência do crescimento econômico acelerado. Em pouco tempo, todas as escolas públicas e privadas desse nível teriam que se tornar profissionalizantes. Por falta de docentes habilitados, essa medida nunca chegou a ser amplamente adotada, o que levou o Governo, a editar outro instrumento legal, eliminando o caráter compulsório da profissionalização alguns anos depois. Isso aconteceu porque ao adotar um modelo de desenvolvimento baseado na associação com o capital internacional nesta época o país “embora possuísse um sistema industrial diversificado, equiparável às economias centrais, ainda apresentava certa ineficiência na utilização dos recursos disponíveis e enfrentava obstáculos para a adoção de inovações tecnológicas” (BONAMINO, 1999. p. 5).

Por isto foi difundido no país a necessidade de atrelar a educação aos planejamentos econômicos globais, com o objetivo de contribuir para o seu desenvolvimento econômico. Por essa razão o governo iniciou a política de transformar algumas escolas técnicas em CEFETs em 1978, essas escolas teriam como objetivo principal preparar os alunos para o mercado de trabalho e para seguir os estudos em nível universitário, visando assim a melhoria da população profissional como um todo. Mas se por um lado permitir o ingresso à universidade de indivíduos desfavorecidos ou que por algum motivo não puderam ter acesso a boas escolas de nível médio, pode ser visto como um ato positivo, por outro, segundo muitos políticos e grandes empresários da época, as CEFETs não estavam cumprindo a sua função principal, formar técnicos de nível médio para os setores produtivos. Visto isso, em 1982, o Estado por meio do Decreto 7.044 extinguiu a profissionalização compulsória. Segundo Lima (1980):

“A preocupação cada vez maior com os problemas do crescimento econômico e de uma melhor distribuição de renda, desde a década de 1960, ressaltaram a importância da Teoria do Capital Humano. De um lado pelo aumento do nível de especialização dos trabalhadores, o aumento das habilitações e da divisão de trabalho, conseqüentemente, a necessidade do treinamento e de acumulação de conhecimento, reconhecidos como fatores importantes para o crescimento econômico.” (Lima, Ricardo, 1980. p. 212).

Em meados dos anos 1990, através da Lei 9.394 / 96, foi estabelecida uma nova configuração para a educação profissional, com o Decreto Nº. 2208/97 e Portaria MEC Nº. 646 / 97, com o Apoio do Programa de reforma da educação profissional – PROEP, (Portaria MEC Nº. 1.005 / 97). A partir disto foram realizadas ações convergentes com a educação profissional, liderada pelo plano Nacional de Qualificação Profissional visando a oferta da educação profissional de nível básico, destinado à qualificação e profissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia. São cursos que visam ao aluno atualizar-se para o exercício de funções demandadas pelo mercado de trabalho, mas que não estão necessariamente sujeitas à regulamentação curricular, são estes os cursos: Técnico e Tecnólogo. Na prática, esta reforma estabeleceu a separação de duas redes de ensino, uma destinada à formação acadêmica, e outra, à formação profissional, que ganhou um capítulo na LDB. Sob a coordenação do Ministério da Educação, a reforma da educação profissional teve como objetivo promover o reordenamento estrutural e operacional do ensino técnico profissional, separando o mesmo da educação escolar nas escolas públicas no que se refere à iniciativa privada, promovendo e incentivando a diversificação e a ampliação da oferta.

Segundo Porter (1993), é de extrema importância entender o motivo pelo qual alguns países se tornam mais competitivos que outros, ou ainda a razão pela qual empresas internacionais optam por alguns países ao invés de outros. Encontrar respostas a esses questionamentos é muito importante para empresas que atuam em mercados cada vez mais competitivos e globalizados. Para Porter (1993) a educação é um fator importante na competitividade entre grupos, empresas, estados e países. Para Porter, o objetivo principal de um país é de fornecer ao seu povo uma qualidade de vida crescente e elevada. Segundo o autor isso não depende da competitividade, e sim da produtividade e da correta exploração dos recursos nacionais, incluindo o capital e a mão-de-obra. A educação, segundo Porter, influencia diretamente o modo de vida de um país, porque para atingir um elevado nível econômico num ponto de vista mundial é necessário que a população seja capaz de refletir, calcular, pensar e sintetizar, qualidades estas que são adquiridas durante o processo de desenvolvimento pessoal, e para isso o estudo faz-se indispensável. Porter tenta explicar de que forma o fator

Uma empresa deve analisar entre as características de seu país de origem aquelas que vão determinar sua capacidade – ou sua incapacidade – a criar e a conservar uma vantagem competitiva a escala mundial. Mas esta análise se impõe igualmente a nação para assegurar sua prosperidade econômica. Como podemos observar o nível de vida a longo termo de um país depende de sua capacidade a alcançar um nível de produtividade elevado nos setores onde querem consagrar suas empresas. Isto está baseado na capacidade destas últimas em aperfeiçoar a qualidade ou a eficácia de suas produções. A influência do país de origem na procura de uma vantagem competitiva exerce um papel fundamental sobre o nível e a taxa de crescimento da produtividade, que pode realizar uma firma em um domínio dado (PORTER, MICHAEL, 1993, p. 2.).

Em abril de 1997 foi implantado o Decreto nº. 2.208, instrumento que deu suporte as reformas da época ao estabelecer os objetivos, níveis e modalidades da educação profissional no país e os mecanismos de articulação desta com o ensino regular. Graças a este, também deu-se início ao Programa de expansão da Educação profissional (PROEP / MEC), trazendo a fragmentação do sistema nacional de educação e o desmonte da rede pública. Ao analisar o Decreto 2.208, em seu artigo 1º, é possível constatar que a educação profissional tem os seguintes objetivos: Promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimentos e habilidades gerais e específicas para o exercício de atividades produtivas; Proporcionar a formação de profissionais, aptos a exercerem atividades específicas no trabalho, com escolaridade correspondente aos níveis médio, superior e de pós-graduação; Especializar, aperfeiçoar e atualizar o trabalho em seus conhecimentos tecnológicos; Qualificar, profissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando à sua inserção em melhor desempenho no exercício do trabalho. Essa expansão da oferta da educação profissional pela esfera privada e a submissão da educação à lógica e as práticas do mundo dos negócios, acentuou a dualidade estrutural e a segmentação social da educação no Brasil. Na mesma época, financiado com recursos do BID, implanta-se o Programa de Expansão, Melhoria e Inovação do Ensino Médio (PROEM), um laboratório para a criação e experimentação de alternativas para o ensino técnico, sob orientação dos organismos internacionais.

“Parece cada vez mais evidente que o nível da educação alcançado pelos indivíduos que compõem uma economia constitui um determinante maior de seu sucesso sobre o jogo econômico mundial e, portanto, do nível de vida dos seus cidadãos.” (JOANIS, Marcelin. 2002, p. 1)

A política de expansão da Educação Profissional a partir de 2004 teve seu início com a revogação do Decreto 2208 e a promulgação do Decreto 5.154/2004 e partiu da realização do diagnóstico para levantamento das reais necessidades de expansão, considerando não só as tendências socioeconômicas como também o provimento de recursos materiais e humanos no país para a reestruturação curricular dos cursos voltados a formação do cidadão que necessita acesso aos conhecimentos técnicos e tecnológicos requisitados pelas empresas e instituições. Assim, o início da formação profissional no Brasil, antes restrita ao caráter assistencialista, hoje reconhece a boa formação profissional como uma das condições para o acesso ao mercado.

“Não se concebe, atualmente, a educação profissional como simples instrumento de política assistencialista ou linear ajustamento às demandas do mercado de trabalho, mas sim, como importante estratégia para que os cidadãos tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade. Impõe-se a superação do enfoque tradicional da formação profissional baseado apenas na preparação para execução de um determinado conjunto de tarefas. A educação profissional requer, além do domínio operacional de um determinado fazer, a compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura do trabalho e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões.” (LUIZ; APARECIDO, NAMO, GUIOMAR. Parecer CNE/CEB Nº 16/99. 1999.).

4 Com o Decreto nº. 5.840/2006, instituiu-se no âmbito federal o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a educação básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA – destinado à formação inicial e continuada de trabalhadores, revela a decisão governamental de atender a demanda de jovens e adultos pela oferta de educação profissional técnica de nível médio, da qual em geral, são excluídos, bem como em muitas situações do próprio ensino médio. “Essa política pressupõe assumir a condição humanizadora da educação, que não se restringe a “tempos próprios” e “Faixas etárias”, mas que ocorre ao longo da vida (nos termos da declaração de Hamburgo).” (IRELAND. MACHADO.PAIVA, 2004).

As inovações aceleradas no mundo contemporâneo fazem com que a cada vez mais aumente a demanda do país por políticas sociais eficazes, inclusive para EJA, modalidade de ensino esta, que necessita de ações

sérias, bem implantadas e continuadas, com critérios bem estabelecidos e que respeitem as necessidades socioeconômicas, culturais, cognitivas e emocionais do jovem e do adulto que está em processo de aprendizagem escolar, que está adentrando a escola pela primeira vez ou que esteja retornando a mesma. Segundo Gurgand:

“Os indivíduos com alto nível de educação tendem a ocuparem os melhores postos de trabalho, pois a formação dos mesmos seria menos custosa para as empresas. Porém, nem todas as teorias do mercado de trabalho são compatíveis com a ideia de que indivíduos com melhores níveis de estudo possuem melhores salários devido ao fato de eles serem mais produtivos” (GURGAND, MARC. 2005, p. 65).

Atualmente a sociedade vê a educação escolar como um dos caminhos para o acesso aos bens básicos, como: bem econômico, empregabilidade, bom atendimento à saúde. Paulo Freire (1996) ressalta que “A educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.”, ou seja, nenhuma nação dependesse da educação, mas cabe a ela importante função. Joanis também afirma que:

“Parece cada vez mais evidente que o nível da educação alcançado pelos indivíduos que compõem uma economia constitui um determinante maior de seu sucesso sobre o jogo econômico mundial e, portanto, do nível de vida dos seus cidadãos. (JOANIS, MARCELIN. 2002.)

Se o Brasil tem a intenção de ganhar seu próprio lugar no mundo econômico e ser respeitado como uma possível potência, necessitará urgentemente consolidar ações que venham trazer resultados eficazes no sistema educacional. Frigotto; Ciavatta; Ramos (2005) nomeiam como políticas de inserção as ações imediatas, que não podem esperar, devido à dívida histórica do país com a sociedade, e como políticas de integração as que visam o médio e longo prazo, reinstituindo o pensar prospectivo, com visão de futuro e de incorporação do direito para as gerações vindouras.

O PROEJA (Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos) trouxe desafios próprios para a construção e a consolidação desta proposta educacional como parte de uma política de inclusão social emancipatória. Disto isto, o caminho escolhido foi a formação profissional aliada à escolarização, tendo em vista como objetivo principal a formação integral, rompendo com a dualidade estrutural: cultura geral e cultura técnica, integrando a ciência técnica e tecnologia com o humanismo e a cultura geral de forma voltada ao mercado de trabalho, considerando as peculiaridades da Educação de Jovens e Adultos, como um campo de conhecimento próprio.

“(…) Significa que buscamos focar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/ trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores, capazes de atuar como dirigentes e cidadãos”. (GRAMSCI, apud FRIGOTTO, 2005, p. 84).

Esta é a visão de trabalho que há na proposta do PROEJA, princípios que necessitam de tempo, estudo e comprometimento de todos os que estão responsáveis de fazer com que as mudanças necessárias, que podem ser consideradas revolucionárias na educação profissional, aconteça no ambiente escolar.

3. METODOLOGIA

No presente trabalho de conclusão de curso, foi utilizado o método de pesquisa qualitativa com a finalidade de analisar o tema abordado, partindo de uma revisão bibliográfica composta por grandes autores e estudiosos da área. A atual pesquisa será baseada em estudos de autores, como por exemplo, Michael Porter, Antônio Gramsci, Gaudêncio Frigotto, entre outros pensadores que elaboraram artigos e livros pertinentes ao assunto. Entretanto, é importante salientar que o corpus de autores tende a aumentar na medida em que a leitura vier sendo desenvolvida.

5

O trabalho analisará o perfil histórico das políticas brasileiras voltadas a educação profissional, sempre trazendo também o ponto de vista dos pesquisadores já citados anteriormente entre outros. Para isso, será necessária uma pesquisa documental e também bibliográfica acerca do tema, além de reanalisar os projetos já estudados durante o curso.

Como parte do processo de análise histórica das políticas educacionais, será necessário o levantamento e pesquisa de artigos, dissertações, trabalhos acadêmicos e livros para compreender não só o tema em si, como também todo o contexto social da época. O estudo terá caráter essencialmente qualitativo, com ênfase no

estudo documental ao mesmo tempo que será necessário o cruzamento dos levantamentos com toda a pesquisa bibliográfica já feita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora seja possível notar a evolução das políticas públicas na educação longo da história do país, a situação atual se mostra significativamente distante do objetivo final. Desde 1900 algumas políticas públicas voltadas para o aprimoramento da educação profissional vêm sendo pensadas e implementadas, mas ainda assim está claro que a mesma ainda não está completamente voltada em prol da busca de soluções aos problemas da população, visto que na maior parte destes anos poucas verbas foram destinadas à área social.

Há muitos programas e projetos voltados a Educação Profissional que contemplaram o aumento quantitativo, mas que embora tenham tido um processo de complexificação dos direcionamentos da política ao longo do tempo, não vieram acompanhados de melhora qualitativa significativa. Em grande parte das escolas públicas brasileiras o ensino funciona seguindo o mercado de trabalho, no caso específico do ensino médio geralmente manifesta-se e se resume pelo objetivo da aprovação no vestibular que se faz hoje quase uma necessidade de consumo, há alguns fatores inerentes a uma série de determinantes sociais e econômicos que reforçam essas visões.

Apenas a educação profissional por si só, não garante desenvolvimento, trabalho ou renda, mas se for de qualidade tem a possibilidade de desempenhar um papel importante para a autonomia da população além de que historicamente podemos notar que não há desenvolvimento econômico se não houver desenvolvimento social e cultural. Dante Henrique Moura (2006) diz que:

“A formação de um sujeito com autonomia intelectual, ética, política e humana, envolve a capacidade de assumir uma política de educação e qualificação profissional que não vise adaptar o trabalhador e prepará-lo de forma passiva e subordinada ao processo de acumulação da economia capitalista, mas, sim, que esteja voltada para a perspectiva da vivência de um processo crítico, emancipador e fertilizador de outro mundo possível”.

REFERÊNCIAS

- BONAMINO, Alicia. Políticas educacionais brasileiras. Rio de Janeiro: Fundação Cesgranrio, 1999.
- CASTRO, Cláudio de Moura. Educação brasileira. Consertos e remendos. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.
- FERRETI, C. et. Al. (Org.) Novas Tecnologias, Trabalho e Educação. Petrópolis: Vozes, 1994.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATA, Maria. RAMOS, Marize Nogueira. GRAMSCI, Antônio. – Ensino Médio Integrado: Concepções e Contradições. São Paulo Cortez, 2005.
- GURGAND, Marc. Économie de l'éducation. (Collection Repères, N° 409). Paris : Éditions La Découverte, 2005.
- IRELAND, Timothy, MACHADO, Maria Margarida, PAIVA, Jane. Declaração de Hamburgo sobre educação de adultos – V. In: Educação de Jovens e Adultos. Uma memória contemporânea 1996 – 2004. Brasília: MEC: UNESCO, 2004. (Coleção Educação para Todos).
- JOANIS, Marcelin. L'économie de l'éducation: méthodologies, constats et leçons. In: REPEC. Research Papers in Economics. Connecticut: University of Connecticut, Department of Economics, 2002.
- 6 KUENZER, Acácia – Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho / Acácia Zeneida Kuenzer (org). – 3. ed. – São Paulo: Cortez, 2002.
- LIMA, Ricardo. Mercado de Trabalho: o capital humano e a teoria da segmentação. In: Pesquisa e Planejamento Econômico. Vol. 10. N° 1. Rio de Janeiro, abr. 1980. P. 212-272.
- LUIZ, Fábio. APARECIDO, Francisco. NAMO, Guiomar. PARECER CNE/CEB N° 16/99. 1999.
- MOURA, Dante Henrique. O Proeja e a necessidade de formação de professores. In: Proeja: Formação técnica

PORTER, Michael. L'Avantage concurrentiel des nations. Paris Inter Editions, 1993.